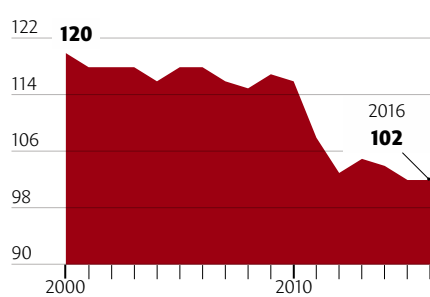
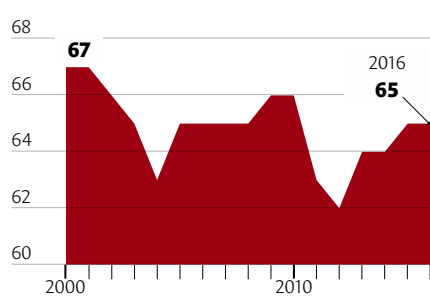


PORTUGAL 2020

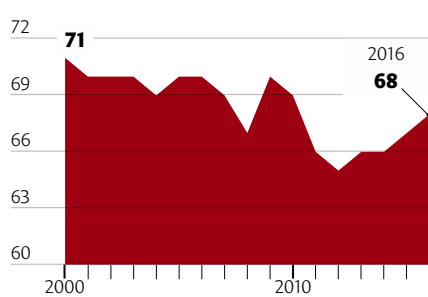
LISBOA



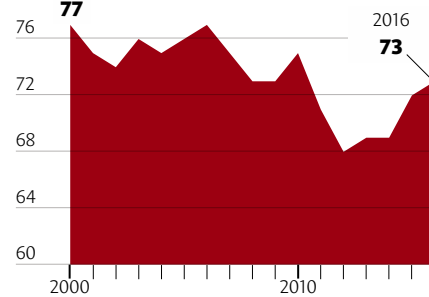
NORTE



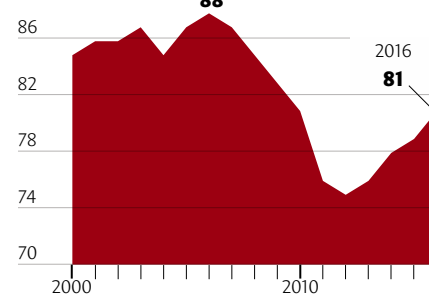
CENTRO



ALENTEJO



ALGARVE



Balanço Regiões portuguesas divergiram, apesar dos €7 milhões que a política de coesão lhes deu por dia desde 2000

Europa ficou mais longe €44 mil milhões depois



Comparando o ponto de partida (2000) com o ponto de chegada (2016), todas as regiões pioraram, com exceção dos Açores

FOTO THOMAS LOHNES/GETTY IMAGES

Textos JOANA NUNES MATEUS

Não é por falta de fundos comunitários que Portugal tem empobrecido face à média da União Europeia (UE) durante o século XXI. Bem pelo contrário.

Os mais recentes dados do Eurostat permitem avaliar o processo de convergência das sete regiões portuguesas entre 2000 e 2016, quando os três fundos da política de coesão europeia investiram €44 mil milhões no país. Foram €7 milhões por dia entre apoios do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo de Coesão e do Fundo Social Europeu, mas a generalidade do território nacional acabou por divergir, em vez de convergir, com o PIB *per capita* em paridade de poder de compra da UE. Comparando o ponto de partida (2000) com o ponto de chegada (2016), todas as regiões pioraram, com exceção dos Açores.

O Expresso falou com os gestores dos fundos das sete regiões portuguesas para perceber que o balanço da convergência europeia teria sido ainda mais dramático, não fosse o dinheiro da política de coesão. Afinal, os fundos acabaram por mitigar os efeitos dos sucessivos choques que o país enfrentou neste século de acelerada globalização, desde a entrada no euro à liberalização do comércio internacional, passando pelo alargamento da UE a leste às cri-

ses que trouxeram a *troika* a Portugal e mantêm o investimento público em mínimos históricos.

Porque divergiram

Entre 2000 e 2016, Lisboa registou a maior queda do PIB *per capita*, apesar dos €4,1 mil milhões de fundos da política de coesão especificamente investidos naquela que é a região mais desenvolvida do país. Para João Teixeira, o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) de Lisboa e Vale do Tejo, a culpa foi da “crise económica, financeira e social”. E porque os fundos constituem “uma componente fundamental para a recuperação”, a CCDR já está a trabalhar na estratégia de desenvolvimento para 2030. A etapa inicial contempla sessões de reflexão com especialistas, assim como a consulta aos principais atores da região.

O Norte recebeu €16 mil milhões de fundos, mas permanece como a região menos desenvolvida do país. “Um verdadeiro e desafiante paradoxo”, diz o presidente da CCDR do Norte, Freire de Sousa, dada a cultura empresarial, a tradição industrial e o peso económico que a região assume no país. O Norte foi penalizado pela globalização e pela aposta do país nos sectores não transacionáveis, mas apresenta hoje um “excepcional dinamismo” que importa consolidar. “Enquanto uma regionalização judiciosa não ocorre, seria altamente desejável que, pelo menos, se enfrentassem os problemas mais graves: que pudessem ser erradicados

os piores vícios do centralismo que abafa a região; que se produzisse uma reflexão séria e profundamente seletiva em torno das opções substantivas e de governação associadas ao Portugal 2030; e que os seus principais agentes empresariais, universitários e municipais fizessem a sua imprescindível parte, contribuindo ativamente para uma estratégia de desenvolvimento mais sólida da região Norte.”

O Centro jamais voltou ao patamar do ano 2000, apesar dos €10,3 mil milhões de fundos entretanto investidos na região. “O grande esforço que se está a fazer é canalizar os incentivos para a promoção da alteração dos padrões de especialização da região, processo longo e de resultados não imediatos, mas que é obrigatório fazer. Devemos ser persistentes nas políticas para que os bons resultados da região superem os choques dos períodos anteriores e tenham efeitos ao nível do PIB *per capita*, concentrando meios na ciência, na inovação e nas empresas, e mantendo a aposta nos fatores imateriais de competitividade”, explica a presidente da CCDR Centro, Ana Abrunhosa.

As crises que se abateram sobre o país agravaram os problemas estruturais do Alentejo, não obstante os €4,8 mil milhões aplicados na região. Para inverter o ciclo de divergência, o presidente da CCDR Alentejo, Roberto Grilo, conta agora com o turismo, o agroalimentar, as energias renováveis e o *cluster* aeronáutico que emerge através de importantes investimentos no fabrico de aviões e *drones*, na formação de pilotos e na manutenção de

aeronaves. “Trata-se de um processo lento na produção de resultados que exige um forte contributo de investimento público”, gerando “condições de atratividade para que o investimento privado possa consolidar o círculo virtuoso que já se iniciou e cujo aprofundamento é prioritário no Portugal 2030”.

O Algarve é a segunda região mais desenvolvida do país, tendo recebido €1,2 mil milhões da política de coesão entre 2000 e 2016. O presidente da CCDR Algarve, Francisco Serra, explica que “por força da sua especialização no turismo, a região tende a reagir mais rapidamente às flutuações conjunturais” e que os fundos “continuam a ser decisivos, apesar de diminutos”. Prioridades do Portugal 2030 serão “a coesão territorial, as ligações transeuropeias, captação de investimento privado e criação de empregos qualificados, sempre numa

perspetiva de valorização dos sistemas de apoio social, de educação e de saúde e numa articulação mais intensa com as autarquias locais e os agentes de desenvolvimento regional”.

Os fundos executados pela Madeira chegaram aos €1,6 mil milhões, mas não evitaram que esta perdesse o seu estatuto de região desenvolvida. O ano 2012 foi particularmente negativo, como recorda a presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional da Madeira, Emília Alves. “Além das medidas tomadas a nível nacional, o governo regional implementou um programa de ajustamento económico-financeiro no sentido de corrigir a trajetória deficitária das contas públicas, o que naturalmente contribuiu para arrefecer ainda mais a atividade económica. É igualmente de ter em conta a redução do PIB ligado ao Centro Internacional de Negócios.”

Os Açores receberam €2,5 mil milhões da política de coesão entre 2000 e 2016, período em registaram a maior taxa média de crescimento anual (1,09%) do país, segundo o diretor do planeamento e fundos estruturais dos Açores, Rui Amann: “Os Açores foram a única região portuguesa que convergiu com a média do PIB *per capita* da UE.” Esta economia pequena, insular e periférica vê hoje as intenções de investimento privado a crescer e sectores como o turismo a emergir. “É com os atuais sinais que se perspetiva um ciclo de maior desenvolvimento e de convergência, estando já as autoridades regionais a trabalhar no pós-2020.”

economia@expresso.imprensa.pt

AS REGIÕES PORTUGUESAS ESTÃO HOJE MAIS POBRES FACE AO REFERENCIAL DE DESENVOLVIMENTO DA UNIÃO EUROPEIA